
"NA REALIDADE, PORTUGAL, MOÇAMBIQUE, BRASIL... EU LIGO MUITO À IDEIA DE NAÇÃO PORTUGUESA": LIGAR O QUE A VIDA SEPAROU

*Filomena Silvano**

Universidade Nova de Lisboa – Portugal

*Marta Vilar Rosales***

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais – Portugal

Resumo: *O texto tem por base uma etnografia realizada com três gerações de três famílias que integraram as elites coloniais portuguesas: a primeira geração partiu de Portugal, nos anos 1950/60, para viver em Moçambique e daí partiu, depois de 1974, para o Brasil, onde já nasceram os membros da terceira geração. Pretende contribuir para uma concepção da noção de diáspora sustentada na observação das práticas e das representações de pessoas concretas em situações de deslocação espacial também elas concretas. Para tal faz um entrosamento entre a discussão académica que tem envolvido a noção nas últimas décadas e a ideia de diáspora agenciada pelos membros das famílias estudadas (“diáspora colonial”). Termina afirmando que os conteúdos que lhe são atribuídos estão relacionados com as condições objetivas e subjetivas dos percursos experimentados por quem os convoca. No final, o texto aborda o papel que os objetos deslocados assumem na construção da ideia de diáspora.*

Palavras-chave: *diáspora colonial, diáspora portuguesa, elites coloniais, objetos.*

Abstract: *This article is based on an ethnography carried out with three generations of three families which belonged to the Portuguese colonial elite. The first generation left Portugal and settled in Mozambique in the fifties and sixties, and lived there until 1974. After the revolution, the families migrated to Brazil, where the third generation*

* Contacto: fsilvano@fcsh.unl.pt.

** Contacto: marta.rosales@ics.ulisboa.pt.

was born. The article aims to contribute to the depiction of the concept of diaspora by observing the practices and representations of these particular families, in specific mobility contexts. The article promotes to integrate the recent academic discussion on the concept of diaspora with the lived experience and of the families and the appropriations they do of to the concept ('colonial diaspora'). The article concludes that the contents associated to the concept are highly marked by the subjective and objective experiences of those who experience them. At the end, the paper addresses the role of displaced objects in the making of an idea of diaspora.

Keywords: *colonial diaspora, colonial elites, objects, Portuguese diaspora.*

Na realidade, Portugal, Moçambique, Brasil... eu ligo muito à ideia de nação portuguesa. À ideia do que está agregado à própria diáspora. Eu vejo muito como uma grande nação, tipo... não existem os judeus? não é? Aí seriam os portugueses: uma grande nação, com todos esses tentáculos. Isso é ao que eu dou valor.

O autor do pequeno fragmento de entrevista nasceu em Portugal na década de 1960, viveu até ao início da adolescência em Moçambique, voltou a Portugal por um ano e fixou-se, com os pais e as irmãs, no Brasil em 1975. Já adulto descobriu que a sua mãe, nascida e criada em Portugal, era neta de uma brasileira e resolveu pedir, utilizando o direito de sangue, a nacionalidade brasileira. Quando fala da sua vida convoca, de forma explícita, a noção de diáspora. Graças a ela, transcende o seu percurso multinacional: “Para mim sempre estive na mesma nação. Apenas mudei de local, como se vai de uma cidade para a outra. Eu sinto assim.” Existem os passaportes, mas existe também, e talvez sobretudo, um contínuo vivido.

Nos anos 2006 e 2007 trabalhámos com três famílias que vivem, desde a década de 1970, respectivamente em Fortaleza, São Paulo e Belo Horizonte.¹ Todas elas incluem três gerações, tendo a primeira partido de Portugal, nos anos 1950/60, para viver em Moçambique e daí partido, depois da revolução de abril de 1974, para o Brasil, onde já nasceram os membros da terceira geração. Depois de terem integrado, em Moçambique, as elites coloniais

¹ Referimo-nos ao projeto “Mobilidades transnacionais e construção de espaços domésticos: ligando Moçambique, Portugal e Brasil” (POCTI/ANT/61058/2004 – financiado pela FCT).

portuguesas, inseriram-se nos estratos mais elevados da classe média brasileira. Todos eles, embora de formas diferentes e nem sempre tão explícitas como no caso apresentado em abertura, convocam a ideia de “diáspora” como forma de transcender algumas das cisões presentes nas suas histórias de vida.

Ao longo do texto, faremos um entrosamento entre a discussão acadêmica que tem envolvido a noção de diáspora nas últimas décadas e a ideia de diáspora agenciada pelos membros das famílias estudadas. Ao trabalhar dados etnográficos de um contexto que integra relações transnacionais que envolvem Portugal, Moçambique e Brasil, tentaremos contribuir para um entendimento da noção mais centrado nas vidas concretas das pessoas e, conseqüentemente, mais integrador da diversidade que a envolve. No quadro do objeto de trabalho específico do projeto de investigação antes referido, abordaremos também o papel que os objetos deslocados assumiram na construção da ideia de diáspora bem como na (re)construção e estabilização das identidades das famílias que estudámos.

Após a “diáspora da diáspora”, ainda trabalhar a diáspora

Em 2005, num texto que, dada a velocidade do tempo contemporâneo, já quase podemos chamar de “clássico”, Rogers Brubaker fez o ponto da situação do uso, crescente desde os anos 1980, da ideia de diáspora. Usando, no título, a sugestiva formulação de “diáspora da diáspora”, identifica a existência de uma dispersão dos significados da diáspora nos espaços semântico, conceptual e disciplinar. Essa dispersão acompanha a dispersão de outras duas noções – a de “cultura” e a de “identidade” – também centrais para o pensamento antropológico e quase inevitavelmente associadas, nos seus quadros conceptuais, à de “diáspora”. Brubaker (2005) identifica três critérios básicos que integraram as formulações da ideia de diáspora – a dispersão espacial, a orientação para uma “terra mãe” (*homeland*) e a manutenção de fronteiras – apresentando também as múltiplas críticas a que essa formulação, que já corresponde a uma versão minimalista, foi sendo sujeita. O critério mais suscetível de discussão é seguramente o da orientação para uma “terra mãe”, uma vez que, como referia Clifford em 1994² (Clifford, 1997), o desejo de retorno

² Reagindo então ao texto de William Safran (1991) que enunciou seis características para definir a diáspora.

“à terra mãe” nem sempre está presente (nem tampouco na diáspora judaica, tida por arquétipo). Na realidade, muitas diásporas têm-se a si próprias como referência: a pertença é a pertença à diáspora e não à real ou suposta “terra de partida”. O que faz com que o risco de substancialização – que frequentemente enforma a produção da ideia de *homeland* – se estenda também à produção da ideia de diáspora. É nesse sentido que Brubaker propõe que o uso da noção no interior dos quadros conceituais das ciências sociais seja feito a partir do estudo das práticas – a diáspora enquanto “categoria da prática”³ – e do estudo das representações identitárias – a diáspora enquanto “idioma”⁴ (o que implica, tal como no caso da “cultura” e da “identidade”,⁵ o estudo crítico dos seus processos de substancialização). Em 1996, numa altura em que o uso da noção estava em plena efervescência, Avtar Brah referia a necessidade de olhar para as múltiplas fraturas – de género, de raça, de classe, de idade... – que integram as diásporas, referindo que estas correspondem frequentemente à confluência, numa memória coletiva, de experiências diferentes e individuais (Brah, 1998).

Em síntese, podemos dizer que a generalidade dos estudos sobre diáspora se foram, ao longo das últimas décadas, aproximando de perspectivas analíticas mais flexíveis (no que diz respeito à enunciação de critérios definidores) e etnograficamente mais diversificadas (incluindo novos grupos de pessoas em movimento). Como referiram em 2003 Braziel e Mannur, organizadoras da obra *Theorizing diasporas*, os estudos sobre diásporas – necessariamente conectados com os estudos sobre transnacionalismo, pensado como o pano de fundo macroeconómico e macrossociológico da contemporaneidade – olham cada vez mais para as pessoas e concebem cada vez mais o seu objeto como um fenómeno humano – portanto vivido e experienciado.⁶ Se é verdade que

³ “As a category of practice, ‘diaspora’ is used to make claims, to articulate projects, to formulate expectations, to mobilize energies, to appeal to loyalties.” (Brubaker, 2005, p. 12).

⁴ “As idiom, stance, and claim, diaspora is a way of formulating the identities and loyalties of a population.” (Brubaker, 2005, p. 12).

⁵ O texto de Stuart Hall *Cultural identity and diaspora* é precursor na proposta de uma abordagem não essencialista das três noções: “Cultural identity, in this second sense, is a matter of ‘becoming’ as well as of ‘being’. It belongs to the future as much as to the past. It is not something which already exists, transcending place, time, history and culture. Cultural identities come from somewhere, have histories. But, like everything which is historical, they undergo constant transformation.” (Hall, 1990, p. 225).

⁶ “[...] diaspora studies will need to move beyond theorizing how diasporic identities are constructed and consolidated and must ask, how are these diasporic identities practiced, lived, and experienced?” (Braziel; Mannur, 2010, p. 9).

do ponto de vista de uma escala macro o estudo de uma diáspora nos serve necessariamente para perceber que os Estados-nação são hoje mais do que nunca atravessados e subvertidos⁷ por movimentos de pessoas, também é verdade que é só quando reduzimos a escala de observação ao nível das vidas concretas de pessoas concretas que percebemos o significado desses atravessamentos e dessas subversões. No entanto, mesmo quando centramos a observação ao nível da filigrana das vidas domésticas, somos obrigados, para interpretar o que observamos, a fazer constantes saltos de escala – que nos levam novamente a atravessar nações e continentes (Silvano, 1990, 1994, 2012). É por isso necessário encontrar metodologias de trabalho que nos permitam fazer, tanto ao nível da observação como da análise, esses constantes movimentos de aproximação, distanciação e ligação. A noção de “espaço de diáspora” (*diaspora space*), proposta por Avtar Brah (1998), permitiu – ao interceptar as noções de diáspora, de fronteira e de deslocação – ultrapassar algumas das dificuldades colocadas à abordagem espacial da diáspora.

Em face de um alargamento dos fenómenos migratórios englobados pela noção de diáspora – que ultrapassaram a concepção inicial, associada à dispersão, por razões traumáticas e determinadas pelo exterior, de um “povo” – Robin Cohen (2008) propôs uma tipologia distintiva. Nela surgem identificadas as diásporas em que a dispersão resultou de ambições coloniais, bem como aquelas em que resultou da procura de trabalho ou de oportunidades para fazer negócios. Tendo o império colonial britânico como referência, Cohen caracteriza, no essencial, a “diáspora colonial” pela presença de uma conexão constante com a terra de origem (*homeland*), uma deferência e uma imitação das instituições políticas e sociais do país de onde partiram os seus membros e a consciência de fazerem parte de um grande império. Refere-se a “diásporas quase imperiais” quando, por razões diversas, ocorrem localizações ou crioulizações.⁸

Apesar de os estudos sobre diásporas terem incidido fortemente sobre o fenómeno geral das diásporas coloniais e pós-coloniais, a esmagadora maioria dos trabalhos sobre as dispersões populacionais que delas resultaram estuda

⁷ “The nation-state, as common territory and time, is traversed and, to varying degrees, subverted by diasporic attachments.” (Clifford, 1997, p. 250).

⁸ “‘Quasi’, because in a number of instances, localization or creolization occurred, with the new settlers marrying into the local community or turning against their homelands.” (Cohen, 2008, p. 69).

as populações que, no interior dos impérios, foram denominadas de “nativas” (ou seja, e no caso concreto britânico, de todos aqueles que, originários das terras do império, não o são das Ilhas Britânicas). Num quadro de poder em que a classificação de “nativo” exprime uma desigualdade fraturante no interior das populações deslocadas, a diáspora dos “não nativos” – menos estudada – diferencia-se, no seu interior, por critérios de classe, de género, de idade e outros (Brah, 1998). No essencial, é este o pano de fundo conceptual em que inserimos o nosso texto: o da afirmação da necessidade de observar e interpretar as práticas e as representações de pessoas concretas em situações de deslocação espacial também elas concretas. Dado o contexto etnográfico em estudo, será ainda necessário abordar, se bem que de forma sucinta (e isto apesar da sua complexidade) o quadro específico da denominada “diáspora portuguesa”.

Três anos após a revolução de abril de 1974, Eduardo Lourenço comentou uma cerimónia oficial, que se desenrolou no então “Dia de Camões” – hoje “Dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas” – identificando o início de uma nova construção da simbologia nacionalista: “[...] centrar a visão do nosso passado [...] não em volta da imagem do *português-colonizador* que durante quinhentos anos nos serviu de referência e viático épico e moral, mas do *português-emigrante*, sua versão moderna e aceitável” (Lourenço, 1988, p. 120, grifo do autor). Esta amálgama entre “diáspora colonial” e “diáspora de trabalho” (Cohen, 2008), com tudo o que ela comporta de obscurecimento do real, foi continuada ao longo das últimas décadas e serviu à construção da ideia de “diáspora portuguesa” – apesar de, como referia então Eduardo Lourenço (1988, p. 125), partir pobre “para ser ou tentar ser senhores” não ser o mesmo que partir pobre “para servir povos mais ricos e organizados do que nós”.

No quadro de uma “quase diáspora colonial”, se usarmos a expressão de Cohen, a ideia de “diáspora portuguesa” integrou – e isto apesar da diversidade das suas formulações – uma representação específica da relação entre colonos e colonizados, elaborada pelo Estado Novo com o objetivo de distinguir o colonialismo português dos outros colonialismos (Almeida, 2000; Castelo, 1998). Essa representação, que deu continuidade a discursos sobre a nação portuguesa proferidos por historiadores, antropólogos, ensaístas e políticos, integrou, a partir da década de 1950, componentes do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre que sustentaram – com base na valorização simbólica da

miscigenação portuguesa e, posteriormente, brasileira – a aproximação entre o colonizador e o colonizado. Dadas as especificidades históricas que conduziram à independência do Brasil, este, já enquanto Estado-nação, facilitou também, em pleno período pós-colonial, a produção, por parte daqueles que se moveram no interior do antigo Império Português, de discursos diaspóricos que valorizam a existência de continuidades dentro desse espaço.⁹ Como refere Feldman-Bianco (2001), o facto de após a independência do Brasil se ter assistido ao uso recorrente de uma retórica de descendência comum tornou ambíguas as fronteiras entre os dois países “irmãos”.

Pensamos que estudar hoje a diáspora portuguesa passa, necessariamente, por um trabalho de contextualização etnográfica que permita diferenciar aquilo que é social, cultural e historicamente diverso. Só a partir daí se pode produzir um olhar crítico sobre os processos simbólicos de amálgama da diversidade que a própria ideia de diáspora necessariamente contém. Nesse sentido, e como já referimos, basearemos o nosso texto num estudo contextualizado, socorrendo-nos, sempre que acharmos útil, de comparações com outros trabalhos por nós realizados em outros contextos da diáspora portuguesa.

“Sou uma portuguesa que não quer viver em Portugal”: percursos e identidades

Para o nosso estudo escolhemos famílias que, apesar das suas especificidades, respondessem a alguns critérios comuns. O primeiro diz respeito aos percursos seguidos: partiram de Portugal para viver em Moçambique nas últimas décadas do regímen ditatorial, abandonaram Moçambique após a queda do mesmo regímen e, depois de uma breve passagem por Portugal, foram viver para o Brasil, onde hoje residem. O segundo diz respeito à estratificação social: em Moçambique integraram as elites coloniais¹⁰ e depois se posicionaram, com êxito, nos estratos mais elevados da classe média brasileira.

⁹ “De imediato, a singularidade dos fluxos migratórios entre Portugal e Brasil já instaura um traço particular na relação entre o migrante e o nativo. Pelo fato de o ambiente se revelar mais propício para a elaboração de discursos que irão valorizar sobremaneira as semelhanças e continuidades entre os dois países, a relação de poder entre as esferas não é radicalmente assimétrica e nem se dá sob o signo da opressão.” (Monteiro, 2008, p. 25).

¹⁰ Representantes do regímen na colónia, administradores, industriais, responsáveis pelas instituições estatais a operar na colónia.

O terceiro critério refere-se à continuidade geracional – o percurso corresponde a três gerações tendo a terceira já nascido no Brasil – e o quarto ao entrosamento, por via da aliança matrimonial, com a sociedade brasileira: a segunda geração casou com brasileiros/as. Com estes critérios pretendemos desenhar um universo de estudo que, no interior dos estudos sobre diásporas, nos permitisse observar pessoas e percursos pouco estudados: membros dos estratos mais favorecidos da sociedade colonial cujo percurso de vida incluiu o fim de um império e a presença em espaços que hoje correspondem a três Estados-nação.

Se seguirmos os critérios mais comuns utilizados para definir um percurso de “diáspora”, deparamo-nos, no nosso estudo, com uma situação complexa. Começamos com um percurso que integra a lógica da “diáspora colonial” – partida de Portugal para Moçambique, então colónia portuguesa – e terminamos num percurso que integra a “diáspora de trabalho” – fixação num Estado-nação onde as famílias encontraram os meios de sobrevivência adequados aos seus projetos. Sendo que este segundo percurso se faz para um Estado-nação que foi uma colónia do país de partida e com o qual esse país de partida mantém, historicamente, relações ditas de “fraternidade”.¹¹ Por esse motivo, a dispersão pode inserir-se, do ponto de vista das representações, numa lógica simbólica ambígua de continuidade da “diáspora colonial”.¹² Todos os entrevistados referem a existência de uma continuidade existencial entre Moçambique e Brasil que minorou, sobretudo para a segunda geração, os efeitos do trauma da partida. Essa continuidade, que se transcreve em vários terrenos da vida quotidiana, correspondeu à manutenção de um estilo de vida próximo do de Moçambique: vida ao ar livre resultante de uma proximidade climática, produtos alimentares semelhantes, conforto resultante da existência de serviços dentro de casa...¹³

¹¹ Numa tentativa de descolagem do discurso, de base culturalista, do luso-tropicalismo, Boaventura Sousa Santos (1994) teoriza essa proximidade a partir da definição da condição semiperiférica de Portugal.

¹² O processo de assimilação (Clifford, 1997, p. 250) vai, provavelmente, dar um carácter transicional a esta diáspora: “Although they endured for a long time, the two forms of diasporas considered here, a labour and an imperial diaspora, can best be seen as transitional types.” (Cohen, 2008, p. 77).

¹³ A partilha linguística – o mais importante fator de produção do efeito de continuidade – é tão óbvia que, a este respeito, nenhum entrevistado a refere. Ela só surge quando se trata de comentar as táticas de inserção/não inserção na sociedade brasileira, que nuns casos passaram pela aproximação e noutros pela resistência à forma brasileira de falar português.

Sabe, é que lá havia essa liberdade que em lugar nenhum era possível. Depois, quando vieram para cá, os meus filhos tiveram a sorte de Fortaleza ser uma cidade onde também se conseguia viver bem.

Até o caju... Porque lá em Moçambique comia castanha de caju. Achei muito parecido. O clima mais parecido; embora seja diferente, é muito parecido.

A continuidade dos estilos de vida, sentida sobretudo pelos membros da segunda geração, resultou do facto de a primeira geração ter acionado, para se instalar no Brasil, uma série de ferramentas relacionais que lhes permitiram colocar-se nos estratos médios altos da sociedade brasileira: a chegada apoiou-se em relações sociais anteriores que decorriam ou das redes de parentesco ou das atividades económicas das famílias.¹⁴

Meu pai já andava a pensar que a possibilidade seria vir para o Brasil. Na realidade, ele já tinha vindo ao Brasil e ele já tinha conseguido uma coisa que eu e minha mãe e minha irmã não. Só ele. Meu pai conseguiu residência no Brasil dada pelo consulado em Angola. Então ele não teve que passar por todo o processo aqui. Deram-lhe como pessoa bem-vinda ao Brasil, sabe? Porque era um empresário.

No essencial, essas redes relacionais foram criadas no interior do espaço que havia sido o do Império Português. Veja-se o relato da chegada de uma das famílias ao Rio de Janeiro, para ser recebida por uma família brasileira que, por sua vez, havia sido recebida pela primeira numa estada que fizera em Moçambique.

Saí no Rio de Janeiro. Eles estavam à nossa espera, o avião atrasou, em vez de chegar às seis, sete horas, chegou era meia-noite. Ele tinha lá o motorista e disse: “Nós não vamos ficar no Rio, vamos para Petrópolis. Vocês vão lá ficar um mês. Nós vamos levá-los, ficamos lá.” (O outro dia era um domingo, acho eu.) Eles ficaram no fim de semana e depois deixaram-nos a nós, toda a família, com empregados. Para eles, para os miúdos, também foi muito bom, porque tinha piscina, cavalos... Mas veja como eles eram nossos amigos.¹⁵

¹⁴ Como referem vários autores (Brah, 1998; Clifford, 1997), as condições de chegada são determinantes para a definição do percurso de cada diáspora.

¹⁵ Num comentário sobre o acolhimento aqui referido, uma das filhas da família refere a existência daquilo

No interior deste percurso multinacional, definir aquela que foi a “terra de partida” é também uma tarefa complexa. As famílias partiram de Portugal para uma terra africana que, numa manobra de ocultação internacional da situação colonial, levada a cabo pelo Estado Novo a partir da década de 1950,¹⁶ era denominada de “província ultramarina”. Essa então “província” portuguesa virá a tornar-se na “Terra” que será, para todos eles, o “espaço de pertença” onde queriam viver, mas que abandonaram, forçados por acontecimentos históricos que os ultrapassaram (passando assim, pelas condições dramáticas da partida, os seus percursos a responder ao critério mais ortodoxo da ideia de diáspora). A partir daí, a existência de fronteiras que separam os países em que viveram – outro dos critérios referidos na literatura para definir a presença de uma diáspora – passa a ser também um facto nas suas vidas.

Eu nunca me assumi como moçambicano, isso não. Eu continuo a assumir-me como português, isso não há discussão. Simplesmente, o melhor país – evidente que não vou dizer que Moçambique é melhor que Portugal, são diferentes, completamente – mas para viver e para morrer, era Moçambique que eu tinha destinado.

A partida traumática fez-se para deixar uma terra que, entretanto, deixou de pertencer à nação de onde são originários.

A leitura que eu faço é que a terra deles é Portugal e que, quando os meus pais imaginavam se estabelecer definitivamente em Moçambique, eles faziam isso na compreensão que eles tinham: a de que era uma extensão de Portugal. Não como uma opção por morar noutra país. É a leitura que eu faço.

Houve por isso uma dissociação entre aquela que se transformou na “terra de eleição” – “Sim, se não tivesse acontecido o que aconteceu, eu teria ficado lá a minha vida toda. Feliz da vida.” – e a “pátria”. Moçambique surge

a que poderíamos chamar uma “solidariedade de elite”: “Agora eu te pergunto: porque é que esse casal ia se interessar justo pelo meu pai e pela minha mãe? Se não fossem pessoas educadas, se não fossem pessoas bem postas?”

¹⁶ “A Constituição de 1951 reformula o Acto Colonial de 1930 e os territórios passam a chamar-se províncias, estabelecendo-se também o princípio da assimilação e da integração como princípios ideológicos.” (Almeida, 2000, p. 174).

sempre, nos discursos, como a “terra mítica” de onde se partiu,¹⁷ mas nunca como uma “pátria”, ou mesmo como a terra onde se queira, ou possa, voltar (“terra desejada”).

Mas eu acho que a gente recalcou isso: um tempo. Como se lá não fosse um lugar. Eu falo muito isso: é um tempo que ficou assim... É uma memória que foi bastante recalçada. Mas continua sendo misturado: eu acho que a gente não consegue separar o que era Portugal do que era Moçambique, sabe? É uma coisa mais de um universo do que de um país. Universo que digo assim: simbólico, a cultura. Talvez o sentido de nação seja esse, não sei. Não o político, mas o do significado. Então assim, Portugal, para a gente, nunca vai ser os dez mil quilómetros.

Os que lá voltaram fizeram, a partir desse contacto com o real, um processo de luto que enviou, definitivamente, essa “terra de origem” para o universo das suas memórias.¹⁸ Em face dessa impossibilidade, Portugal não se oferece como alternativa – nem mítica, nem real – para configurar a ideia de “terra desejada”. Pelo que, numa formulação que comporta a ideia de controle pessoal dos percursos de vida – e que se conforma bem com a representação que as elites contemporâneas fazem das suas migrações – eles se afirmam como sendo “portugueses que não querem viver em Portugal”. Essa opção é, obviamente, o resultado de uma integração feliz na sociedade brasileira.¹⁹ “Não é verdade que eu não me lembro que sou portuguesa. Agora é verdade que eu sou uma portuguesa que assumiu o Brasil como seu país.” Como referimos, o trauma da partida abrupta de Moçambique foi ultrapassado graças à presença de algumas similitudes entre os dois contextos geográficos, sociais e mesmo culturais. A integração na sociedade brasileira dependeu no entanto de estratégias familiares e pessoais que tiveram de ser, passo a passo, adaptadas

¹⁷ Um único caso foge a esta regra geral, e essa diferença prende-se com o facto de ser a único entrevistado que viveu, no interior de Moçambique, o fim da guerra colonial.

¹⁸ Facto que não acontece com outras famílias que com eles partilharam experiências coloniais e redes de pertença em Moçambique e que se instalaram em Portugal após o processo de independência (Rosales, 2007).

¹⁹ Embora seja comum afirmar-se que os imigrantes se assimilam e as diásporas não (Clifford, 1997), não nos parece que o uso desta dicotomia nos ajude a interpretar os nossos dados etnográficos. Pelo contrário, é no jogo entre a assimilação e a manutenção da distancia simbólica que as estratégias identitárias destas famílias se constroem temporalmente.

às circunstâncias, e que, sobretudo para a geração mais velha, comportaram sacrifícios e perdas significativas.

Na minha opinião, houve uma vida interrompida, uma coisa assim meio louca, que eu percebo que hoje é muito determinante na qualidade de vida que o meu pai tem. Não era para ele ter essa qualidade de vida. Ele era para estar intelectualmente mais ativo. Então, nesse sentido, foi tudo péssimo.

Eu não perdi o que ele tinha. Perdi, porque perdi amigos, perdi a minha vida, mas não tinha construído. Ele tinha construído uma vida. Ele e os outros pais. Todos os outros pais perderam muito mais do que nós, que tínhamos 18, 19 anos.

Ao invés de outras situações por nós estudadas na diáspora portuguesa (Silvano, 2012; Silvano; Rosales; Ferreira, 2012), não encontramos em nenhuma das famílias uma opção de fechamento no interior do grupo nacional – neste caso dos portugueses a viver no Brasil –, mas antes uma atitude de integração voluntária na sociedade brasileira, fortemente associada ao objetivo de manter o posicionamento nos estratos superiores da classe média brasileira.²⁰ Essa opção surge associada a um posicionamento claramente distintivo em face de emigrantes portugueses cujas origens de classe são diferentes (Bourdieu, 1979).

A gente teve a capacidade de adaptação, a inteligência social – se a gente pudessem chamar isso de inteligência, seria uma inteligência social – de saber chegar. Porque quando a pessoa não sabe chegar direito, eles cortam mesmo e ninguém chega lá, nessas elites. Eu presenciei muita gente que ficou de fora porque não soube chegar.

Uma medida que eu achei muito acertada, por parte dos meus pais, foi colocar a gente no melhor colégio, porque a partir do colégio você define as amizades que você vai ter. Também tivemos a sorte de ficar num dos melhores bairros da cidade, numa casa boa.

²⁰ Filiamo-nos aqui na proposta de trabalho de Mark Liechty que, conciliando Marx e Weber, estudou as dimensões culturais implicadas na construção da classe média nepalesa. A manutenção/reprodução de uma cultura de classe foi determinante para os percursos das famílias que estudámos: “[...] class culture is always a work-in-progress, a perpetual social construction that is as fundamentally bound to the “concrete” of economic resources as it is to the cultural practices of people who jointly negotiate their social identities.” (Liechty, 2003, p. 4).

Eu tive sorte, quando entrei na faculdade, porque fiz uma amiga que foi super-simpática e que me ajudou. Eu caí aqui de pára-quedas, com um sotaque que ninguém entende. Ninguém entende o teu falar. Então uma das coisas é que não adianta teimar na mesma tecla.

No contexto relacional da sociedade brasileira, as táticas de inserção não precisaram, para estas famílias, de passar pela recusa da identificação identitária com a portugalidade. Como afirma Miguel Vale de Almeida (2004, p. 10), “em virtude da sua constituição como Estado-nação segundo um modelo europeu e a partir de uma realidade económica forte [...] a sociedade brasileira continuou a divisória colonial das fronteiras entre brancos/classe alta e negros/classe baixa [...]”. No interior dessa demarcação, a portugalidade surge do lado mais forte da divisória, pelo que, num contexto cultural e socialmente favorável, a pertença nacional pôde ser positivamente agenciada.²¹ Quando tenta recordar-se do que, enquanto pré-adolescente, sentiu aquando da chegada ao Brasil, uma das entrevistadas refere, justamente, a continuidade da clivagem referida por Miguel Vale de Almeida.

Outra coisa que acredito possa ter pesado, no sentido de eu não perceber tantas diferenças, é o facto de... embora nós estivéssemos a conviver numa colónia, nós não tínhamos essa noção. Eu não tinha essa noção, eu só morava ali. E acostumei-me a ver, evidentemente, os negros numa condição social e económica inferior, normalmente de serviçais. Mas isso é uma coisa que há 40 anos atrás existia aqui também, só que não eram negros indígenas mas, por questões óbvias, as pessoas mais humildes aqui têm uma cor de pele mais escura que as menos humildes. Via de regra. Não que esteja comparando uma coisa com a outra. Aliás, eu estou comparando, mas nesse sentido, do que uma criança sente. Eu comecei dizendo: como eu me lembro de como me sentia.

Os movimentos de aproximação e de distanciação em face da portugalidade variam segundo as gerações e, como seria de esperar, é a segunda geração aquela que, na juventude, se distancia mais dela para assim se poder aproximar da sociedade brasileira. É neste nível da análise que a questão linguística se coloca: nalguns casos da geração mais velha houve uma recusa

²¹ Sendo que, como refere noutro texto o mesmo autor, o luso-tropicalismo fez, tanto no Brasil como em Portugal, uma reinterpretção positiva dos processos que deram origem a essa desigualdade, dificultando assim o seu combate (Almeida, 2000).

distintiva em face da forma de falar o português do Brasil (mesmo reconhecendo que essa recusa era, do ponto de vista da integração profissional, nefasta²²), enquanto que na segunda geração houve, basicamente, uma adesão tática. Essa aproximação, que passou pela integração escolar em colégios ou universidades de elite e pelo estabelecimento de laços de aliança matrimonial com famílias brasileiras, foi essencial para, na idade adulta, poderem ocupar posições sociais e profissionais sólidas. Num dos casos mais conseguidos, uma das filhas, que partiu de Moçambique já no fim da adolescência, inseriu-se na elite cultural de São Paulo onde depois veio a ocupar uma destacada posição enquanto ceramista. A inserção, feita com êxito, na sociedade brasileira, foi acompanhada pela manutenção, por parte de todas as famílias, de relações económicas e sociais com Portugal²³ – onde algumas têm património – e pela manutenção, através de vários meios, de uma pertença simbólica à portugalidade. Essa estratégia identitária perdurou até à terceira geração – já nascida no Brasil – sendo, nalguns casos, os progenitores brasileiros aqueles que mais agenciaram, em prole das suas filhas, as componentes simbólicas e materiais da pertença à portugalidade (que entretanto viu acrescentar-se-lhe o valor simbólico da inclusão europeia).

A ideia de diáspora portuguesa que partilham permite-lhes dar sentido àquilo que corresponde, de facto, a uma experiência e a uma prática de vida transnacional. Aquilo que convocam, quando a ela se referem, é, no essencial, uma atualização contextualizada dos discursos produzidos pelo poder político – apesar das nuances que separam os discursos situados à direita, dos discursos situados mais à esquerda –, pelo senso comum e mesmo pela academia. Como referia Eduardo Lourenço (1988), uma versão que se socorre do mítico e heroicizado passado imperial para valorizar, como se de um todo se tratasse, a atual dispersão de portugueses pelo mundo.²⁴ Os seus “espaços de diáspora” – onde se interceptam a diáspora, as deslocações e as fronteiras – são

²² “Mas eu vou-lhe dizer uma coisa: eu, ali naquele gabinete, vejo a RTP todos os dias. Eu quero ouvir a língua, não quero desabituar-me.”

²³ No caso de uma das famílias pode mesmo falar-se de uma situação de gestão patrimonial transnacional (Vertovec, 2004): em momentos-chave do funcionamento do mercado de arte toda a família se reúne na Europa para gerir o seu património artístico.

²⁴ No momento em que escrevemos este texto (verão de 2014), por razões que se prendem com a recente intervenção em Portugal de uma *troika* constituída pelo Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, a fixação nesse discurso – baseado numa heroicização do passado que serve para ocultar as condições reais do presente – foi reativada pelo governo de centro-direita.

percepcionados através de uma narrativa historicista que permite dar sentido àquilo que, apesar das rupturas de facto, percebem como uma continuidade vivida: “Aí seriam os portugueses: uma grande nação, com todos esses tentáculos.” Estamos em face de um caso de concepção de diáspora em que a referência não é tanto o país de partida mas antes a diáspora em si mesma – tanto mais que a diáspora portuguesa, exatamente porque integra nas suas dimensões simbólicas um discurso heroicizante, é, enquanto idioma identitário, muito mais gratificante do que a afirmação da pertença a um país pequeno e economicamente frágil. A convocação do *status* que a dimensão simbólica da diáspora permite é, de uma certa maneira, autonomizada das condições objetivas da nacionalidade.

Mas se a ideia de diáspora portuguesa lhes permite, até certo ponto, superar as rupturas a que as suas vidas foram sujeitas – e até, quando bem agenciada, assegurar um bom posicionamento na sociedade brasileira – ela não deixa por isso de os obrigar a delicadas negociações identitárias. Em abstrato a diáspora corresponde a essa memória coletiva que se sobrepõe às experiências individuais, mas em concreto ela integra pessoas que são, realmente, diferentes. E aí, as particularidades dos percursos e a origem social das pessoas implicadas explicam a diversidade dos conteúdos convocados para “desenhar” a diáspora. Quando comparamos o uso que é feito, neste contexto etnográfico, da diáspora enquanto idioma identitário, com aquele que observámos estudando portugueses com origem em estratos sociais mais desfavorecidos e hoje sediados em França e no Canadá, deparamo-nos com diferenças muito significativas. Sobretudo em França, mas também no Canadá, a ideia de diáspora quando surge²⁵ é associada à de “comunidade portuguesa” (referindo-se, respectivamente, apenas aos portugueses a viver em França ou no Canadá). No presente estudo essa ideia de “comunidade portuguesa” não tem sequer existência. Em França e no Canadá não é possível acionar, como no Brasil, uma ideia de “diáspora imperial”, pelo que a valorização simbólica predominante é aquela que se baseia no êxito do percurso de integração económica e social do emigrante pobre nos países ricos de acolhimento. Para lá disso, tanto nos casos estudados no Canadá como nos estudados em França, surge um trabalho de etnicização feito a partir de componentes da cultura material e

²⁵ A ideia de diáspora surge sobretudo convocada por instâncias políticas portuguesas, sendo depois associada à ideia de “comunidade”, essa sim com uma origem mais marcadamente étnica.

performativa de origem popular, que, no caso aqui em estudo, não tem qualquer existência.²⁶ Esses factos comprovam que os conteúdos atribuídos à ideia de diáspora estão relacionados com as condições objetivas e subjetivas dos percursos experimentados por quem os agencia. Por causa das suas características sociais e culturais, e apesar de os seus percursos terem tido uma componente de partida forçada, estas famílias aproximam-se, em certas dimensões, do individualismo dos exilados (Clifford, 1997) e das elites cosmopolitas em trânsito descritas por O'Reilly e Benson (2009) e por Amit (2007). O uso que fazem da ideia de diáspora tem por isso que ser interpretado a partir da identificação das suas inserções e posicionamentos socioculturais, bem como dos capitais herdados e adquiridos (Bourdieu, 1979) antes e depois das partidas. Todos os entrevistados se referem, no interior de uma estratégia de distinção, de forma mais ou menos explícita às clivagens de origem de classe existentes no interior da imigração portuguesa no Brasil.

E depois vem outra coisa, também, que eu tenho de lhe explicar: este pessoal português, que estão aqui há muitos anos – isto não é depreciação – são todos padeiros. Mas evoluíram, não é? Hoje têm filhos formados, advogados, engenheiros, etc. A emigração que foi mais evoluída, mais preparada, foi esta do 25 de Abril.

Nós não somos os legítimos representantes dos emigrantes. Nós somos uma classe de emigrantes completamente diferente daquela que costumava, hoje até costuma mesmo, acontecer de fora para o Brasil. “Nunca sentiu o preconceito de ser emigrante?”, eu digo: “Emigrante? Eu sou emigrante?!” Eu não sou emigrante, porque para mim emigrante era aquele povo que vinha, lá naqueles navios, aquela coisa horrível, para trabalhar a terra. Não aconteceu nada disso com a gente.

“Não faço a menor questão na arca, porque a única coisa que ela tem é o valor de ser de Moçambique” – percursos, objetos e identidades

O projeto de investigação que esteve na base da escrita do presente texto centra-se no estudo das relações que os membros das famílias estabeleceram,

²⁶ A este respeito, ver Silvano (2012) e Silvano, Rosales e Ferreira (2012).

ao longo dos seus percursos, com os seus objetos. Tendo por base propostas de trabalho que acentuam o papel que os objetos, enquanto materialidades, assumem nas vidas das pessoas (Appadurai, 1986; Bourdieu, 1979; Gell, 1998; Latour, 2007; Miller, 1987), tentámos ler a construção dos percursos diaspóricos das famílias focando-nos nos objetos que as acompanharam. Considerámos, seguindo Bourdieu (1979), que os objetos são parte integrante da construção dos “habitus”, pelo que, em situações de mobilidade espacial, levá-los ou abandoná-los significa manter ou não manter o “quadro” (Latour, 2007) onde se desenrolaram as suas vidas domésticas. Mais do que isso, considerámos, como propõe Miller (1987), que as coisas materiais permitem a “objetificação” dos sujeitos integrando assim os processos de construção das identidades pessoais, familiares e até nacionais. Numa perspectiva mais centrada nos objetos do que nos sujeitos, próxima da de Appadurai (1986) e Kopytoff (1986), demos também atenção aos sentidos que as coisas, por causa das suas vidas sociais, levam consigo quando se deslocam. Como Gell (1998) e Latour (1993) demonstraram, pelas suas componentes simbólicas e materiais as coisas agem no e sobre o mundo. De uma forma por vezes discreta (Miller 1987), orientam a agencialidade dos sujeitos que com elas convivem. No quadro de uma diáspora, levar ou deixar coisas traduz-se por isso na presença ou na ausência dessa capacidade de ação. A memória, elemento central para a construção da ideia de diáspora, é construída também pelos objetos: como referem Hecht (2001) e Marcoux (2001), as coisas que as pessoas transportam estão no centro da constituição das suas memórias permitindo, quer pela sua presença, quer pela sua ausência, ligar o passado, o presente e o futuro (Rosales, 2010).

No essencial podemos falar, no que diz respeito aos objetos que foram selecionados para serem levados para o Brasil, em duas categorias: a primeira diz respeito aos que objetificam a portugalidade e a segunda aos que, metonimicamente, convocam, no Brasil, as casas moçambicanas do passado. Os primeiros participam na construção da ideia de diáspora portuguesa e os segundos na construção de um percurso de vida familiar em que as rupturas são ultrapassadas com a ajuda de algumas continuidades materiais.

Na primeira categoria encontram-se objetos que “falam” da história de Portugal e materializam o carácter historicista da ideia de diáspora que os membros das famílias partilham. No caso de duas das famílias, esses objetos estão diretamente ligados à sua própria história familiar. Numa delas, o brasão

da família encontra-se reproduzido em pinturas emolduradas e penduradas nas paredes tanto da casa dos pais como das casas dos filhos. Um deles, que tem estudado a genealogia da família, afirma que quanto mais recuamos no tempo mais a história da família se confunde com a história de Portugal (onde inclui, numa reprodução dos princípios luso-tropicalistas, as suas origens brasileiras/mestiças). No escritório do pai, o espaço onde estão guardados todos os documentos importantes para a memória familiar, a bandeira portuguesa encontra-se desfraldada junto à secretária. A capa e a pasta usadas na universidade encontram-se guardadas e na sala está exposta uma fotografia das netas adolescentes, já nascidas no Brasil, trajadas de “capa e batina”. Os livros, que segundo a mulher foram sempre os objetos prioritariamente embalados e enviados aquando das mudanças, são também, no essencial, de autores portugueses e sobre Portugal. Nesta família o quadro material (Latour, 2007) onde a interação familiar intergeracional se desenrola conta uma história de família cuidadosamente inserida numa história de Portugal que sustenta a ideia de pertença a uma “diáspora imperial”. Menos visíveis, mas com uma importância simbólica acrescida, são os objetos herdados, sobretudo as joias e os objetos em prata. Neste caso, a vida social dos objetos (Kopytoff, 1986) – a quem pertenceram, onde viveram – é uma componente essencial para a sua ação. Duas das famílias trouxeram de Portugal objetos herdados que se encontram guardados e que sustentam, quando são desocultados, longas narrativas relativas à história familiar. Num dos casos, numa casa em que nada deixa transparecer a sua existência, há uma arca onde estão guardados, sem grandes cuidados, vários objetos valiosos, a maioria de prata. Foram eles que desencadearam uma narrativa sobre o passado familiar, realizada não pelo português que deixou Moçambique, mas pela sua mulher brasileira. Numa longa conversa tida à volta desses objetos preciosos percebemos que eles estão ali guardados para cumprirem, um dia, a função de ratificarem a parte portuguesa e europeia da identidade da filha do casal. Estão normalmente escondidos, mas quando foram desocultados esses objetos revelaram a sua capacidade de agir ao desencadear um discurso em que o seu prestigiado passado português aparece a sustentar os projetos de futuro para a filha – que nesse momento se encontrava a fazer uma pós-graduação em Portugal. Numa outra família, a relação com a História de Portugal surge também transcrita nos objetos, mas através de uma prática diferente: a do investimento de capital em objetos de arte. Chegado ao Brasil, o casal iniciou uma coleção de obras de arte portuguesa que haviam

sido, ao longo do século XIX e XX, deslocadas para o Brasil. Neste caso, a materialização da portugalidade não se fez usando para tal os objetos herdados ou levados pela família de Portugal, mas antes adquirindo – e associando-os uns aos outros no seio de uma coleção – objetos representativos da cultura erudita portuguesa levados, ao longo do tempo, para o Brasil. Essa coleção – que corresponde a uma versão material de uma certa ideia de “diáspora portuguesa” – acabou por retornar, em grande parte, a Portugal, para integrar o acervo da galeria de arte que a família entretanto abriu em Lisboa. Também neste caso, a presença, no quadro da interação familiar, de objetos que vieram de Portugal colabora na materialização da identidade portuguesa das três gerações – a dos avós que partiram de Moçambique e se instalaram em São Paulo, a da mãe que permaneceu no Brasil e a da filha (que, tal como a filha do casal anterior, se encontrava, na altura em que foram feitas as entrevistas, a estudar numa universidade portuguesa).

Já o dissemos anteriormente, o lugar da partida traumática foi, para estas famílias, não Portugal, mas Moçambique. Foi lá que deixaram as suas casas, parte dos seus objetos e um projeto de vida interrompido: “A minha mãe nunca voltou. Ela saiu um dia e nunca voltou. Mas ela não saiu para ir embora, ela saiu para passar uma semana.” Para a segunda geração foi a terra das suas infâncias. Por isso, tanto para uns como para outros, os objetos que foram trazidos das casas de Moçambique servem, no Brasil, para convocar a “terra perdida”.

Tinha aquela mesinha, que a minha mãe deve ter mostrado, que está na casa dela, que tem os pés de pau-preto torneado. Tinha uma colher e um garfo de madeira, enormes. Aquilo ali era uma farra lá em casa... Porque o meu pai sempre foi muito alegre, então aos sábados e domingos ele tocava aquelas músicas e a gente brincava com aquilo.

Eu tinha uma peça de pedra de sabão que pesa 27 quilos e que andou comigo. Só de louca, trazer aquilo para cá! Uma peça de pedra de sabão desse tamanho é capricho. Ainda por cima é feia para burro.

Todos os entrevistados referem a pouca importância que davam, em Moçambique, aos objetos africanos, e a revalorização que fizeram posteriormente dos mesmos. Arcas de madeiras exóticas, peças de arte africana, esteiras e “chinesices” (objetos importados da China e vendidos em Moçambique)

foram, ao longo do percurso, aumentando o seu valor simbólico. Começaram por ser usados como elementos materiais de manutenção de um quadro familiar antes conhecido – a presença nas casas de objetos vindos das casas moçambicanas deu continuidade a um *habitus* e, ao mesmo tempo, sustentou o processo de construção da memória – para depois virem a ser revalorizados. Nalguns casos por serem objetos raros (pela qualidade da madeira, pela qualidade da execução ou mesmo pelas qualidades artísticas) e, noutros, apenas por possuírem capacidades discursivas e evocativas (reproduzindo imagens e fragmentos de histórias e experiências vividas). Outros objetos, pelo contrário, com o tempo perderam o seu encanto. Mas desfazer-se deles, dado o valor memorial de que se revestiram, não é ainda possível, pelo que acabam sendo presenças incómodas, mas incontornáveis.²⁷

Tem uma outra arca que é minha, mas está noutra casa. É de jambira também, mas eu não faço a menor questão na arca porque a única coisa que ela tem é o valor de ser de Moçambique. O desenho dela é horrível.

Referências

ALMEIDA, M. V. de. *Um mar da cor da terra*. Oeiras: Celta, 2000.

ALMEIDA, M. V. de. *Crioulização e fantasmagoria*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. (Série Antropologia, 365).

AMIT, V. (Ed.). *Going first class?: New approaches to privileged travel and movement*. London: Berghahn Books, 2007.

APPADURAI, A. (Ed.). *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRAZIEL, J.; MANNUR, A. *Theorizing diaspora*. Malden: Blackwell, 2010.

²⁷ Agradecemos a Miguel Val de Almeida, a José Mapril e aos pareceristas as leituras atentas e as sugestões úteis.

BOURDIEU, P. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.

BRAH, A. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London: Routledge, 1998.

BRUBAKER, R. The “diaspora” diaspora. *Ethnic and Racial Studies*, London, v. 28, n. 1, p. 1-19, Jan. 2005.

CASTELO, C. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

CLIFFORD, J. *Routes, travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

COHEN, R. *Global diasporas: an introduction*. Abingdon: Routledge, 2008.

FELDMAN-BIANCO, B. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: cultural constructions of sameness and difference. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, Philadelphia, v. 8, n. 4, p. 607-650, 2001.

GELL, A. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

HALL, S. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, J. (Ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 223-237.

HECHT, A. Home sweet home: tangible memories of an uprooted childhood. In: MILLER, D. (Ed.). *Home possessions: material culture behind closed doors*. Oxford: Berg, 2001. p. 123-145.

KOPYTOFF, I. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, A. (Ed.). *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 64-94.

LATOUR, B. *La clef de Berlin et autres leçons d'un amateur de sciences*. Paris: La Découverte, 1993.

LATOUR, B. Une sociologie sans objet? Remarques sur l'interobjectivité. In: DEBARY, O.; TURGEON, L. (Dir.). *Objets & mémoires*. Paris: Éditions de la Maison de Sciences de l'Homme; Québec: Presses de l'Université Laval, 2007. p. 38-57.

LIECHTY, M. *Suitably modern: making middle-class culture in a new consumer society*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

LOURENÇO, E. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

MILLER, D. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.

MARCOUX, J. S. The refurbishment of memory. In: MILLER, D. (Ed.). *Home possessions: material culture behind closed doors*. Oxford: Berg, 2001. p. 69-86.

MONTEIRO, T. Cartografias do imaginário navegante: reflexões sobre a identidade narrativa diaspórica, o “senso comum mítico” e o (des)conhecimento da cultura portuguesa contemporânea no Brasil. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2008*, Coimbra, p. 21-35, 2008.

O'REILLY, K.; BENSON, M. *Lifestyle migration: escaping to the good life?*. London: Ashgate, 2009.

ROSALES, M. V. *As coisas da casa: objectos domésticos, memórias e narrativas identitárias de famílias com trajectos transcontinentais*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Cultural)–Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.

ROSALES, M. V. The Goan elites from Mozambique. Migration experiences and identity narratives during the Portuguese colonial period. In: WESTIN, C. et al. (Ed.). *Identity processes and dynamics in multi-ethnic Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 220-233.

SAFRAN, W. Diasporas in modern societies: myths of homeland and return. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, Toronto, v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

SILVANO, F. L'émigration en tant que processus de déplacement et de recomposition de l'habitat. *Sociedade e Território*, Lisboa, n. esp., p. 53-56, 1990.

SILVANO, F. Mobilités: projets de vie et projets d'espace – les réseaux du migrant et l'identité locale, ses marçages et ses démarçages. In: PELLEGRINO, P. *Culture architecturale, culture urbaine*. Paris: Anthropos, 1994. p. 125-133.

SILVANO, F. *De casa em casa: sobre um encontro entre etnografia e cinema*. Caldas da Rainha: Palavrão, 2012.

SILVANO, F.; ROSALES, M.; FERREIRA, S. Gente da nossa: uma construção mediática da ideia de “comunidade portuguesa”. *Portuguese Studies Review*, Durham, v. 20, n. 2, p. 143-169, 2012.

VERTOVEC, S. Migrant transnationalism and modes of transformation. *International Migration Review*, New York, v. 38, n. 3, p. 970-1001, 2004.

Recebido em: 31/08/2014

Aprovado em: 03/03/2015